

FUNDO PREVIDENCIARIO DE TUPARETAMA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:1 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TUPARETAMA

Exercício de 2017



ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	597.743,77	832.779,64	PASSIVO CIRCULANTE	25.694,12	28.194,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.542,75	832.779,64	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	2.500,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.542,75	832.779,64	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	0,00	2.500,00
CONTA ÚNICA RPPS	F 2.542,75	832.779,64	FORNECEDORES NACIONAIS	F 0,00	2.500,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	595.201,02	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	25.694,12	25.694,12
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	595.201,02	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS	25.694,12	25.694,12
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 595.201,02	0,00	CONSIGNAÇÕES	F 25.694,12	25.694,12
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.152.648,21	2.344.140,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.145.323,21	2.336.954,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.145.323,21	2.336.954,00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P 837.841,51	837.841,51	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDO:	P 15.693.448,14	15.693.448,14
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 1.307.481,70	1.499.112,49	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDEF	P 20.074.250,30	20.074.250,30
IMOBILIZADO	7.325,00	7.186,00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P -35.767.698,44	-35.767.698,44
BENS MÓVEIS	7.325,00	7.186,00	TOTAL PASSIVO	25.694,12	28.194,12
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 139,00	0,00			
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 7.186,00	7.186,00			
TOTAL	2.750.391,98	3.176.919,64			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.724.697,86	3.148.725,52
			RESULTADOS ACUMULADOS	2.724.697,86	3.148.725,52
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	2.724.697,86	3.148.725,52
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P -424.027,66	-1.332.175,11
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 1.342.112,97	2.674.288,08
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 1.806.612,55	1.806.612,55
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.724.697,86	3.148.725,52
			TOTAL	2.750.391,98	3.176.919,64

FUNDO PREVIDENCIARIO DE TUPARETAMA
BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO

Exercicio de 2017



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	2.542,75	832.779,64	PASSIVO FINANCEIRO (25.694,12)+ Restos não Processado(0,00)	25.694,12	28.194,12
ATIVO PERMANENTE	2.747.849,23	2.344.140,00	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	2.724.697,86	3.148.725,52

REINALDI JUNIOR GOMES GALVAO
GERENTE PREVIDENCIÁRIO
821.469.774-34

JEFFERSON ALEXANDRE DA SILVA
CONTADOR
060.864.414-56

FUNDO PREVIDENCIARIO DE TUPARETAMA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

REINALDI JUNIOR GOMES GALVAO
GERENTE PREVIDENCIÁRIO
821.469.774-34

JEFFERSON ALEXANDRE DA SILVA
CONTADOR
060.864.414-56

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <http://etce.ice.pe.gov.br/ppi/validaDoc.seam> Código do documento: 5a0ecd95-0817-4516-a04b-76f62ae132cb



BALANÇO PATRIMONIAL

(Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64)

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - INFORMAÇÕES GERAIS:

a) **Nome da entidade:** Fundo Previdenciário do Município de Tuparetama.

b) **Natureza Jurídica:** Fundo Público - CNPJ: 05.785.402/0001-62

c) **Domicílio da entidade:** Av. Central, SN, sala 03, CEP 56.760-000, Centro, Tuparetama – Pernambuco.

d) **Natureza das operações e principais atividades da entidade:** Fundo Público criado pela Lei Municipal nº 195 de 01/06/01, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destinado exclusivamente aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, de caráter contributivo e obrigatório, mediante a contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Código e descrição da atividade econômica principal nº 84.30-02-00 – Seguridade social obrigatória. Não há segregação de massas.

e) **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**

Demonstrativo elaborado de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 31 de março de 1964 e seus anexos em consonância com a Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que aprovaram a 7ª edição do Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP).

A partir do Exercício de 2017, a Resolução da prestação de contas do TCE-PE exigiu, de cada ente, a posição em que se encontra o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) instituído pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

As Demonstrações Contábeis obedecem a estrutura ordenada pelo Manual de Contabilidade do Setor Público (MCASP - Parte V), 7ª Edição, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (IPSAS) da Federação Internacional de Contadores (IFAC).

2 - DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES:

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC T 16.6 (R1) e MCASP.

No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.



2.1 - Ativo

2.1.1 - Caixa e equivalentes de caixa

A composição das disponibilidades, serão abaixo descritas:

Contas	Exercício atual R\$	Exercício anterior R\$	AH %
Caixa e Bancos	2.542,75	832.779,64	-99,70
TOTAL	2.542,75	832.779,64	-99,70

Neste exercício, as disponibilidades financeiras da entidade foram reduzidas em **R\$ 830.236,89** e representaram uma redução de **99,70%** em comparação ao exercício anterior.

Esta variação é considerada anormal, foi decorrente da necessidade do custeio das despesas previdenciárias.

2.1.2 – Créditos a longo prazo

Os créditos a longo prazo correspondem aos valores registrados no ativo não circulante, oriundos de contribuições previdenciárias não recolhidas, tempestivamente, pelos órgãos da Administração direta e indireta. Esses valores constituíram dívida previdenciária e serão amortizados num período superior a 12 meses.

Contas	Exercício atual R\$	Exercício anterior R\$	AH %
Dívida Ativa	2.145.323,21	2.336.954,00	8,20
TOTAL	2.145.323,21	2.336.954,00	8,20

Fonte: Sistema Fiorilli

Esta entidade recebeu parte dos créditos devidos, o que representou uma redução de **8,20%** de seu montante. Os valores em análise são de recebimento certo, tornando-se nulo o risco de recebimento.

Variação considerada normal.

2.2 – Imobilizado

O ativo imobilizado, é constituído pelos bens móveis e imóveis, e sua base de mensuração é o valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada.

Os gastos após à aquisição, construção ou produção do bem, serão incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.3 – Intangível

Os ativos intangíveis são aqueles que não tem existência física, devem ser reconhecidos apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Não há ativos que atendam aos requisitos acima, portanto, não há ativos com essa natureza.



2.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a curto prazo e longo prazo

Referem-se às obrigações junto ao INSS e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) relativas às contribuições patronais e dos servidores, possuem caráter obrigatório, são incidentes sobre os vencimentos dos servidores efetivos, contratados e comissionados a serviço da entidade pública.

2.5 - Provisões a longo prazo

Conta	Exercício atual * R\$	Exercício anterior R\$	AH %
Plano Previdenciário – Benefícios concedidos	15.693.448,14	15.693.448,14	
Plano Previdenciário – Benefícios a conceder	20.074.250,30	20.074.250,30	
Plano Previdenciário – Plano de amortização	-35.767.698,44	-35.767.698,44	
TOTAL	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Fiorilli

*Não foi entregue, para registro, o cálculo atuarial do exercício 2017 e demais documentações para atualização das provisões a longo prazo, com plano de amortização e benefícios a conceder e concedidos.

2.6 – Patrimônio líquido

Conta	Exercício atual R\$	Exercício anterior R\$	AH %
Resultado do exercício	1.382.584,89	474.437,44	
Resultado exercícios anteriores	1.342.112,97	2.674.288,08	
TOTAL	2.724.697,86	3.148.725,52	-13,47

Fonte: Sistema Fiorilli

No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. Em 2017, devido ao *déficit* de **\$ 424.027,66**, o PL obteve uma redução de **13,47%** em relação ao Exercício anterior.

ESTÁGIO DE ADEQUAÇÃO AO PIPCP – PORTARIA STN Nº 548/2015

PCP (De acordo com as regras da NBC TSP e do MCASP vigente)	Municípios com até 50 mil habitantes	Municípios com até 50 mil habitantes
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2022	Em elaboração
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2022	Executando
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2019	Executando
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas Imediato	Imediato	Imediato
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	01/01/2021	01/01/2021
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2021	01/01/2021

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TUPARETAMA - FUNPRETU



7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	01/01/2021	Em elaboração
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	01/01/2024	01/01/2024
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	01/01/2024	01/01/2024
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2021	Em elaboração
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	01/01/2019	Executando
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Executando
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	01/01/2022
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	A ser definido em ato normativo específico
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2021	01/01/2021
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2023	Em elaboração
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico	A ser definido em ato normativo específico